

**DEDUÇÃO DA FORMA
DAS SOLUÇÕES DO
PROBLEMA
DO QUE HÁ**



Miguel S. Albergaria

2011

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2011

FICHA TÉCNICA

Título: *Dedução da forma das soluções do problema do que há do que há*

Autor: Miguel S. Albergaria

Colecção: Ensaio LUSOSOFIA: PRESS

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2011





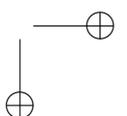
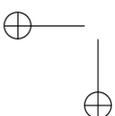
Dedução da forma das soluções do problema do que há**

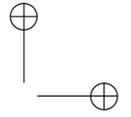
Miguel S. Albergaria

Índice

1. Reconhecimento do problema do que há.	4
2. Uma condição geral do que há como tal	6
3. A disjunção metafísica	9
3.1. Da intermediação direta de ser e essência	11
3.2. Da intermediação indireta de “ser” e “essência”.	16
4. Conclusão – Uma pista para a resolução da questão do que há.	25
Referências bibliográficas	27

** Este texto substitui “Um equacionamento do problema do que há”, publicado na secção “Ensaios, Tratados, Diálogos...” da *LusoSofia* em 2010. A tese é substancialmente a mesma, mas muda a abordagem e linha argumentativa.





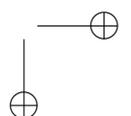
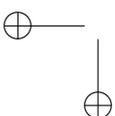
Resumo:

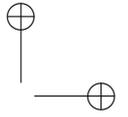
Mediante a generalização universal a partir de um caso verificado, argumento que se é o caso ou segundo uma conjunção entre dois significados de “ser” e “essência” que se articulam diretamente, ou segundo uma conjunção de outros dois significados destas noções que se articulam indiretamente (ao facultarem o postulado de uma subjetividade). As respetivas conceções do que há *como* tal não são idênticas. Daí decorrem respostas diferentes às perguntas pelo que há-*ali* (em cada contexto) e pelo que há *enquanto* tal (*questão dos universais*).

1. Reconhecimento do problema do que há.

No pequeno artigo em que fiz uma primeira abordagem ao problema do que há (Albergaria, 2011) reconheci a ocorrência desse problema a partir de um choque entre dois *mundos* culturais¹. E propus, de um lado, que se estruture o problema em três planos: o imediato, onde se pergunta pelo que há-*ali*, em cada contexto (enquanto se pressupõe este último). O plano onde se pergunta pelo

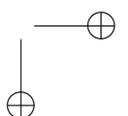
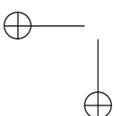
¹ O dos colonos portugueses que, no início da guerra colonial em Angola, defenderam com espingardas a sua posição em Mucaba, e o dos rebeldes que “avançavam para os tiros de peito aberto”, armados com catanas e gritando que as balas dos brancos se tornavam de água (“maza”) contra os corpos dos nativos. Da mesma forma que os habitantes de Quibuenda (?) esperaram de pé, protegidos apenas por pequenos paus mágicos, um bombardeamento aéreo – v. Furtado (2007: III, 10:30-15:40). Tem sido reconhecida a relevância de choques como esse para a questão do que há; por exemplo Van Inwagen (2002: 19-21) na sua introdução à questão sobre “the way the world is” – embora este filósofo não tenha recorrido depois *a partir* deles mesmos, como aqui procuro fazer.

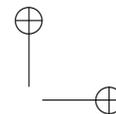




que há *enquanto* tal, ou seja, pelo compõe a *população* do mundo – há a extensão determinada pelos diversos nomes (nominalismo), ou há as essências denotadas por esses últimos, mais as relações entre elas, etc. (realismo), ou todas estas outras entidades são apenas mentais (conceptualismo)? E um plano onde se pergunta pelo que há *como* tal, ou seja, pelo significado de “haver” implicado nas proposições que expressam qualquer das três teses anteriores, assim como em qualquer afirmação sobre o que haja-ali. Dadas estas implicações, o problema geral do que há radicar-se-á na questão do que há como tal. Cujas soluções, de outro lado, propus que seja desenvolvida, primeiro, pela depuração de dois mundos em choque sobre algum caso como tal até se evidenciar uma sua forma geral – evitando-se assim, tanto quanto possível, pressupostos de um mundo sobre o que haja – e depois pela análise dessa forma – ainda que mediante recursos lógico-linguísticos de um mundo... – que distinga os tipos de instanciação sua que originam os diversos mundos ou famílias de mundos possíveis.

Entretanto deixei aberta a possibilidade da questão do que há como tal ser trivial para a do que há enquanto tal – isto é, da resposta à primeira não ser relevante para qualquer resposta à segunda, pelo que a determinação da população do mundo eventualmente poderá ignorá-la. No presente texto argumentarei que se não verifica tal irrelevância. E deixarei formulada uma disjunção fundamental que terá que ser ultrapassada por qualquer resposta à questão do que há. Concretamente, tentarei derivar uma condição geral do que haja a partir de um mero indício, ou sugestão de uma tal condição, segundo o caso de estudo referido na nota 1, por supô-lo capaz de exemplificar *qualquer* caso de choque entre mundos – implementarei assim o que no cálculo de predicados se chama uma “generalização universal”, aqui a oferecendo à refutação por qualquer contracaso àquela exemplificação, além de algum eventual mau uso meu desta regra dedutiva. Tomando entretanto essa forma como aceitável, analisá-la-ei em seguida até chegar à disjun-





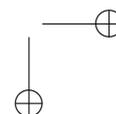
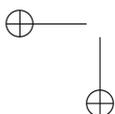
ção fundamental acima indicada, e à afirmação de relevância desta questão do que há como tal. Poderia mencioná-lo já, mas adiante não me faltarão oportunidades mais prementes para recordar o antigo conselho que me acompanha neste empreendimento desde o fim daquele outro artigo.

2. Uma condição geral do que há como tal

Não assumindo qualquer significado das expressões “haver”, “ser o caso”... mas tomando-as como equivalentes, a que propósito é que, no seio de algum mundo, se afirma que algo *é o caso*? Postulado: porque se encontra uma *resistência* no âmbito de uma relação. Isto é, para quaisquer duas coisas ou objetos que se considerem (tomando aqui “coisa”... como pura variável), se uma estabelece com a outra a relação de resistir a algum movimento ou intenção desta última, então dir-se-á que a primeira é o caso. Se a relação de resistência for simétrica então, a partir de cada elemento da relação, dir-se-á que há o outro; e se for reflexiva, a partir de cada coisa que resista a si própria dir-se-á que ela é o caso – mas não explorarei aqui estas duas pistas pontuais. Quero apenas assinalar que (ao menos por uma vez!) o que pretendo afirmar é mesmo apenas a *condicional material* dos lógicos²: pelo que, além do equivalente “se uma coisa não é o caso então não resistirá”, nada mais é aí postulado – por exemplo, admite-se que pode ser o caso mesmo que não resista.

“Postular” significa pedir que se aceite (à condição de assim se alcançar algum resultado proposto). Julgo que esse meu pedido é plausível pois satisfaz o requisito de generalidade atrás assumido: formula-se pela negativa visto que “resistir” é uma noção

² Que assume que qualquer frase da forma *se P então Q* apenas é falsa quando o conseqüente o for mas não o antecedente.





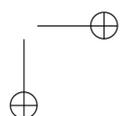
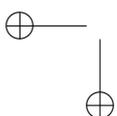
que se usa negativamente, isto é, sem a pressuposição da estrutura do mundo em que esse termo é usado. Por exemplo, depois de Quibuenda os revoltosos, apesar de naturalmente não terem tido aulas de física clássica e de fisiologia humana em conformidade às quais reinterpretassem o que aí terá acontecido, não voltaram a receber de pé os bombardeamentos aéreos, reconhecendo assim que qualquer coisa como as *bombas* mecanicistas resistiam à magia, ao passo que aquelas que se transfigurariam em *maza* não resistiam às suas largadas pelos aviões. Resta verificar se com este postulado se alcançará alguma resposta à questão do que há como tal.

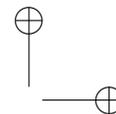
Alcançá-la-emos se conseguirmos referir, e dar algum significado ao que constitui essa “resistência”³, pois assim, naquela frase condicional (*se...então...*), a expressão “é o caso” ficará implicada segundo, ou no modo em que se tiver assumido “resistir” no termo antecedente. Deixando a sua significação para os parágrafos 3.1 e 3.2, analisemos então formalmente a resistência.

Por um lado, se uma coisa resiste a outra, isto é, se se mantém tal como ela é a despeito do movimento, da investida desta outra sobre ela, então naquela coisa persiste um limite que a distingue, nomeadamente em relação à intencionalidade com que ela tenha sido aí visada. Pois, se não fosse delimitada, ajustar-se-ia a esta intencionalidade, não lhe resistindo. Como o nosso caso de estudo ilustra: uma vez que foram as *balas e bombas*, e não qualquer referência dos correspondentes termos kikongo, que resistiram, foi a alguma sua delimitação que tiveram de se ajustar quaisquer comportamentos que cumprissem os respetivos objetivos, como o dos rebeldes passarem a abrigar-se durante tiroteios e bombardeamentos.

Paralelamente, se uma coisa resiste, então essa coisa tem a

³ Como em Albergaria (2011), usarei aqui os termos “referência” e “significado”, respetivamente, como um qualquer recorte num mundo, e como o que for implicado, relativamente a um isolado por um tal recorte, pelo conjunto de resultados das relações que este isolado estabeleça com quaisquer outros que com ele participem desse mundo.





faculdade de se firmar contra qualquer movimento que eventualmente se lhe contraponha. Pois, se não a tivesse, nada se contraporía a tal investida. Como se verificou com as *balas* animistas que, a despeito de assim estarem delimitadas, não resistiram uma vez disparadas pelos colonos contra os rebeldes – faltou-lhes firmarem-se nessa sua delimitação.

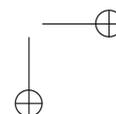
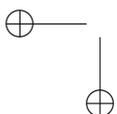
Podemos assim concluir que, se uma coisa resiste, então ela firma-se e está delimitada.

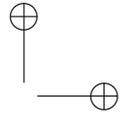
Mas, por outro lado, se uma coisa se firma, e se ela está delimitada (de modo a constituir precisamente *essa* coisa), então ela resiste a qualquer investida que a vise. Pois, se não resistisse, não se verificaria no alvo desta investida qualquer delimitação que o distinguísse, e/ou não se verificaria ali a capacidade de se firmar em contraposição a semelhante movimento. Como foi exemplificado pelos projecteis animistas que, não tendo resistido, não verificaram a capacidade de se firmarem.

Em suma, resistir (tal como este termo está aqui a ser usado) é equivalente à conjunção (...e...) entre ter a capacidade de se firmar e estar delimitado – por outras palavras, o predicado no primeiro termo é satisfeito se, mas tão-somente quando o segundo o for. Por conseguinte podemos substituir aquele primeiro termo por esta outra conjunção na condicional inicial, obtendo que, se algo se firma e está delimitado, então isso é o caso.

Com este resultado conseguimos um pouco mais do que simplesmente reduzir uma referência vazia à necessária articulação de outras duas referências igualmente vazias. Pois os requisitos de que algo se firme, e esteja delimitado, como indícios de que é o caso, constituem condições sob as quais se afirma haver algo. Ou seja, uma vez que aos respectivos nomes se atribuam significados que formulem o que há de tal modo que exerça essas duas relações com o que quer que o vise, obteremos uma fórmula do que é próprio ao que há, ou deste como tal.

Por facilidade de comunicação, usaremos para isso os velhos



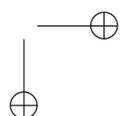
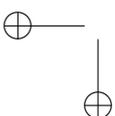


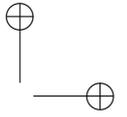
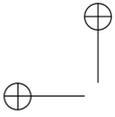
termos de Avicena na sua *Metafísica*, I.5 e V.1-2: “ser” – para o que quer que numa coisa ou objeto lhe faculte a condição de se firmar por si mesmo de modo a contrapor-se a outrem – e “essência” – para o que quer que o delimite. Sobre os significados que o filósofo medieval muçulmano lhes tenha dado, veja-se Goichon (1938), mas durante os próximos parágrafos não nos devemos esquecer que não podemos assumir esses nem quaisquer outros, pois precisamente o que procuramos é chegar a estabelecer alguns significados desses dois termos⁴.

3. A disjunção metafísica

Para estabelecer tais significados teremos de respeitar as relações que “ser” e “essência” estabelecem com os termos cujos usos impliquem ou sejam implicados por aqueles (v. nt. 3). A saber, por um lado, a substituição do vazio, do nada, pela capacidade de algo, seja o que for, se firmar eventualmente em contraposição a outrem – relativamente ao “ser” – e a substituição da indeterminação pela delimitação – relativamente à “essência”. Esses contrários do ser e da essência, e a sua substituição por estes outros, são implicados pela contingência da verificação destas noções – ilustrada tanto pela óbvia não necessidade das *balas* que se liquefariam, quanto pela possibilidade de múltiplas delimitações daquelas outras que o

⁴ Porventura estaremos assim a remontar desde o veio central da filosofia moderna até uma encruzilhada teórica prévia, na qual aquela tradição precisamente se terá escolhido, e portanto a partir da qual tanto se poderá afinar essa tradição, quanto substituí-la por outra que responda ao que ela responde. Pois, segundo Gilson (1952: 74-107), quer a primordialidade quer os significados que Avicena conferiu a essas noções ter-se-ão estendido até Francisco Suarez; em cuja metafísica, segundo Cronin (1966), se terá radicado a epistemologia cartesiana, e assim a conseqüente filosofia moderna.





não fariam⁵. Por outro lado, “ser” e “essência” têm que ser articuláveis numa sua conjunção.

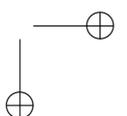
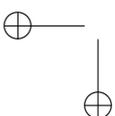
Esta segunda condição, ou requisito tem um âmbito maior do que cada um dos termos anteriores, pois enquadra-os a ambos independentemente dos significados que lhes sejam atribuídos. Devemos assim abordar estes últimos em conformidade à estrutura da sua articulação.

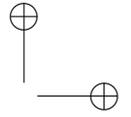
A qual, à partida, se apresenta dúplice. Pois uma relação se não é direta é indireta, e vice-versa. Logo, ou bem que “ser” e “essência” têm tais significados que se articulam na base apenas deles mesmos; ou bem que dos seus significados, e das condições anteriores, decorre algum terceiro termo na base do qual então se articulam os anteriores – “algum” não significa aqui uma unicidade, a mediação poderá ser exercida por uma série indeterminada de elementos reunidos no conjunto “mediador”.

Abre-se assim uma disjunção metafísica entre uma articulação direta de um “ser” e uma “essência” cujos significados a permitam, e uma articulação indireta de outros significados dessas noções. Em conformidade ao nosso objetivo de aferir a trivialidade da questão do que há como tal, teremos pois de esclarecer se as conceções do que há implicadas por cada uma daquelas disjunções são idênticas, ou não⁶. Nos próximos dois parágrafos, e depois na

⁵ Em Albergaria (2011) recorri ao Nobel de física Robert Laughlin (2008) para salientar essa multiplicidade teórica.

⁶ O leitor familiarizado com a formalização lógica talvez ache simplificadora a seguinte expressão da situação: se tivermos $(\text{“ser”}_i \wedge \text{“essência”}_i) \vee (\text{“ser”}_j \wedge \text{“essência”}_j)$, mas $(\text{“ser”}_i \wedge \text{“essência”}_i) \rightarrow \text{“ente”}_\omega$ tal como $(\text{“ser”}_j \wedge \text{“essência”}_j) \rightarrow \text{“ente”}_\omega$, podemos eliminar a disjunção inicial e ficar apenas com “ente”_ω – interpretando “ente” como aquilo que há *enquanto* tal, com o índice a referir cada conceção do ente, ou este *como* tal. Se, ao contrário, $(\text{“ser”}_i \wedge \text{“essência”}_i) \rightarrow \text{“ente”}_i$, e $(\text{“ser”}_j \wedge \text{“essência”}_j) \rightarrow \text{“ente”}_j$, por um *dilema construtivo* enfrentamos a disjunção $\text{“ente”}_i \vee \text{“ente”}_j$. Que teremos que ultrapassar sempre que cada uma destas conceções de ente como tal enquadrem diferentemente as suas conceções enquanto tal, ou as concretas.





conclusão, explicarei porque é que julgo que é nesta última circunstância que nos encontramos.

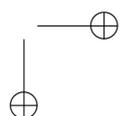
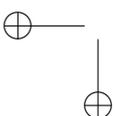
3.1. Da intermediação direta de ser e essência

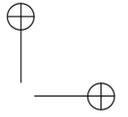
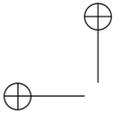
Neste parágrafo exploraremos as consequências nocionais de, à primeira condição, acrescentarmos que cada uma dessas noções implique em alguma medida o significado da outra – cumprindo assim uma sua articulação direta. Depois de tentar obter uma forma significativa que respeite estes três requisitos apontarei uma sua instância ao menos aproximada, não apenas para a ilustrar a bem da comunicação, mas também para sugerir a possibilidade dessa forma.

Em conformidade a esta variante da segunda condição, nenhum dos significados que procuramos pode ser simples, isto é, não se pode reduzir a um único modo da noção inteira, ou à composição desta por uma só categoria. Pois se algum deles fosse simples reduzir-se-ia ao outro ao implicá-lo, ou ambos constituiriam parcelas de uma noção englobante, em qualquer dos casos contradizendo a autonomia nocional (assumida na primeira condição). Os significados de “ser” e de “essência” têm portanto que se constituir como complexos de mais de um modo, ou mais de uma categoria, em cada um dos quais pelo menos um modo/categoria não implicará a outra noção.

A articulação de tais complexos nocionais, sem prejuízo das respetivas autonomias, é possível através de uma, digamos, adição cruzada: pelo lado de uma das noções, adiciona-se ao respetivo contrário o ou os modo/categoria(s) que expresse(m) exclusivamente essa noção – e assim lhe seja(m) exclusiva(s) – mais aquilo

No parágrafo 4 sugerirei que essa ultrapassagem se faça por algum *silogismo disjuntivo*.

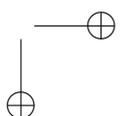
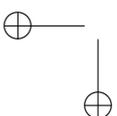


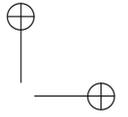


que esta implica da outra noção, mas de maneira que se possa fazer decorrer daí o(s) modo/categoria(s) que complete(m) a primeira, para se somar enfim essa noção. A qual fica pois composta pelo que lhe for exclusivo, e pelo que derivar do que ela implica da outra noção. Essa adição cruza-se com uma sua simétrica, que parte do contrário implicado pela outra noção básica, e resulta nesta última mediante alguma implicação da noção anterior.

Esse par de adições não é necessariamente único. Além de que esta forma poderá ser instanciada por diversos significados de “ser” e de “essência”, mesmo no âmbito de um dado par destes complexos nocionais eventualmente verificar-se-ão diversas variantes – tantas quantas as combinações logicamente consistentes entre todos menos um modo/categoria de uma noção, e os modos/categorias da outra noção.

Enfim, o resultado dessa diversidade combinatória será uma diversidade de *entes* (v. nt. 6) – ou seja, a possibilidade de diversas respostas à questão do que há *enquanto* tal não se contradizerem, ou da sua reunião ser consistente. Pois qualquer delimitação do que há reporta-se à essência. Mas, à partida, uma delimitação pode ser, digamos, *qualificada* – estabelecendo significados que facultam relações com resultados distintos (e.g. espingarda, bala...) – ou pura, estritamente *numérica* – uma extensão delimitada por qualquer mero recorte (e.g. o número de casos exemplificados no parênteses anterior) – ou ainda qualificada e numérica, numa repetição do significado em referências que marquem ocorrências diferentes (e.g. uma bala na câmara e outra no carregador). Essa disjunção entre delimitações requer duas categorias essenciais. Cada uma das quais, e ainda a sua combinação, eventualmente implicará o ser, numa modulação ou proporcionalidade desta última noção a cada categoria essencial, com o referido resultado da possibilidade de diversas respostas compatíveis à questão do que há enquanto tal. Ou seja, essa proporcionalidade nocional do “ser” a duas categorias da “essência” estabelece uma disjunção *inclusiva* entre um



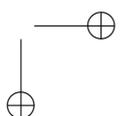
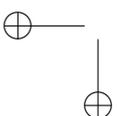


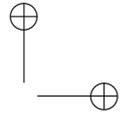
ente concebido segundo uma dessas categorias, outro concebido segundo a outra, e alguma conceção que concerte as duas anteriores.

De qualquer modo, o ente que assim se conceba constitui-se estruturalmente como *processual*: uma *parte* da essência é acrescentada a uma *parte* do ser para que este se cumpra integralmente, enquanto uma *parte* do segundo é acrescentada a uma *parte* da primeira para que esta se cumpra integralmente. Estas relações de anterioridade e posterioridade entre esses momentos, e a orientação processual desde as negações das noções requeridas até aos cumprimentos destas, são apenas de natureza *lógica*. Mas, sempre que a essência implicada não se esgote no ato de ser e o que reste em potência venha a atualizar-se, aquela processualidade, digamos, vertical, dará azo a uma processualidade horizontal – ou seja, *temporal* – pela qual cada essência tenda a firmar-se até ela se esgotar. Esta questão particular da origem, e da estrutura do tempo ultrapassa em muito a dimensão própria a um artigo como este – sou assim salvo pelo *gong!* – mas não pode deixar de ser aqui apontada pois, se se lograr conceber aquela passagem da dimensão vertical à dimensão horizontal da processualidade, então porventura encontraremos nesta forma da resposta à questão do que há as balizas para respostas concretas que vão desde o animismo até ao *emergentismo* (v. Laughlin, 2008), ou às atuais teorias da *complexidade*, cibernética, etc.

Creio que encontramos uma instanciação desta forma de resposta à questão do que há em S. Tomás de Aquino, e no chamado “tomismo existencial”⁷. Desde logo por se formalizar em conformidade à distinção aviceniana, à qual o aquinatense se reporta explicitamente nas primeiras linhas de *O Ente e a Essência*.

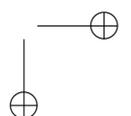
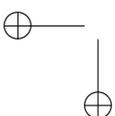
⁷ E. Gilson, Joseph Owens... sustentam que o que cada ente tem de mais radical, e assim de comum com os demais, é o seu ato de ser – assim reconhecido por J. Maritain: “By this subsistence, this tenacity, objects come up against me, overcome possible disaster, endure and possess in themselves whatever is requisite for this” (in: Knasas, 2003: 131).

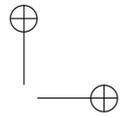




Depois, do lado do “ser”, ao significar esta noção mediante o complexo *ato e potência*. A saber: “ato” designa diretamente a faculdade, a *energia* de se firmar, constituindo o modo que expressa exclusivamente o “ser”. Essa energia, porém, é exercida por algo que *se* firma, de modo que se possa contrapor a algo que não o próprio. Ao nada – contrário de “ser” – é pois necessário adicionar uma qualquer *delimitação* disso que se firmará, para que precisamente se firme. Esta delimitação em geral é o que o ser implica da essência. Mas, para que isso então se firme, é necessário que, uma vez assim delimitado, tenha o *poder*, ou a “potência” de se firmar segundo tal delimitação – se assim não fosse a delimitação não seria articulável com o ato de ser. Este segundo modo do ser vem assim completar o significado desta noção, mediante a essência.

Já do lado da “essência” suponho que esta instanciação será menos pacífica. Wippel (2000: 186-192) aponta que a ênfase na radicalidade do ato de ser desequilibra a forma aqui deduzida a favor dessa noção, de modo que a essência tende a um estatuto eminentemente negativo, o de não-ser relativo, delimitando o ser por negação de parte desse horizonte básico. Todavia este comentador reconhece, contra outros, que a noção de “essência” deve ter alguma positividade nocional, para que a delimitação do ser lhe advenha a partir de fora – o que não se verifica se a essência se constituir como um modo do ser; e, como o ser não tem em si mesmo recursos para a sua delimitação, isso implicaria a unicidade de um ser absoluto, o que contradiz a função pela qual começámos a usar aqui o termo “ser” – para designar um ente finito, que como tal se pode contrapor a outros. E com efeito S. Tomás reteve de Avicena uma tripla consideração da essência: enquanto presente nos entes por ela determinados, enquanto presente na *mente* dos entes que a consideram (além de presente neles como a essência que os orienta a considerarem quaisquer essências), e ainda no respetivo significado puro, sem qualquer conotação existencial, ou sequer numérica



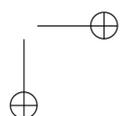
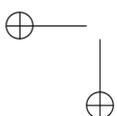


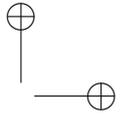
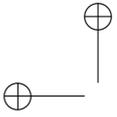
– como universal ou individual⁸. Esta consideração absoluta é necessária como articulação lógica das outras duas. Creio constituir assim uma instanciação do modo exclusivo à noção de “essência”. A qual todavia, para se cumprir, implica o ser dos entes que ela determina. Ou seja, à indeterminação – contrário da “essência” – é necessário adicionar, de um lado, a essência em si mesma, e do outro lado os entes que a cumprem, os quais implicam o ser. Possivelmente os tomistas contra os quais John Wippel se coloca não se reconhecerão neste movimento nocional, não aceitando que o tomismo testifique a possibilidade desta forma de resposta à questão do que há. Isso porém também não significará que esta não seja possível, e ao menos com esta referência história espero tê-la deixado mais clara.

Entretanto esses dois filósofos medievais retiveram de Aristóteles as categorias essenciais “forma” e “matéria” (além de “substância” e os diversos “acidentes”). A primeira designa o que, em cada ente, faculta uma sua delimitação qualificada. A segunda designa o que faculta a mera delimitação numérica, ou ocorrencial. S. Tomás adotou assim um significado *analógico* de “ser”, usando esta noção em proporção a entes formais e materiais – como as balas – ou em proporção a entes apenas formais – como os anjos. A resposta à questão do que há enquanto tal é assim razoavelmente liberal: o mundo pode ser composto tanto por uns quanto pelos outros entes – o termo “ente” apenas não se aplicará à estrita materialidade, pois esse termo comporta o ato de ser, e este implica alguma forma.

Quaisquer destes entes, porém, constituir-se-ão como processuais. Ao menos intimamente, isto é, enquanto sem alterações horizontais face aos seus outros, cada ente constitui-se como o processo de atualização vertical da sua potência – suponho que é o que se verificará no subconjunto de entes estritamente formais, como

⁸ Sobre a consideração absoluta da essência, além da verificação desta nos entes e na mente que a considera, ao longo da obra do aquinense, v. Soto (1990).





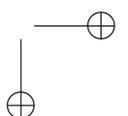
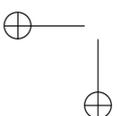
os conceitos de “bala”, de “um”... Esta processualidade é bem expressa na citação de Maritain na nota 7. Todavia a referência deste filósofo francês à *duração* sugere não apenas uma processualidade íntima, mas mesmo temporal – ou “eviterna” (*Suma de Teologia*, I, q. 10, art. 4-6), mediando a eternidade e a temporalidade, e que é própria daqueles traços de uma essência cuja cessação implica a cessação desta, enquanto outros traços dela mudam.

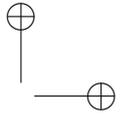
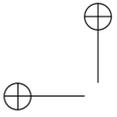
Num texto desta dimensão deixemos porém apenas sugerida essa questão da origem e da estrutura do tempo – sou assim salvo pelo *gong!* – e verifiquemos antes se a variante alternativa do terceiro e mais abrangente requisito para a significação de “ser” e de “essência” implica, ou ao menos sugere uma conceção de “ente” equivalente a esta.

3.2. Da intermediação indireta de “ser” e “essência”.

Tal como no desenvolvimento da variante anterior, começaremos por procurar as consequências para os significados de “ser” e de “essência” da hipótese de que a respetiva relação seja mediada por *algum* outro termo, sem desprezarmos a autonomia nocional daqueles dois primeiros. O movimento agora terá porém que ser menos linear do que o anterior: partiremos, naturalmente, das duas noções a que chegámos pelo choque de mundos, mas numa sua primeira consideração que faculte a respetiva articulação mediante um terceiro termo cuja hipótese assim se coloca. Na base desta última, regressaremos então àquelas noções na referida procura dos seus consequentes significados. Seguindo depois o procedimento implementado no parágrafo anterior, apontaremos a conceção de “ente” que daí resultará, e apontaremos alguma instância desta forma particular, em ordem não só a ilustrá-la mas também à garantia da sua possibilidade.

A hipótese de uma mediação indireta implica que os significa-





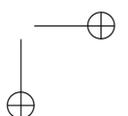
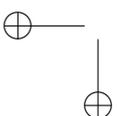
dos de “ser” e “essência” sejam *perfeitos*, completos em si mesmos, independentemente de cada um deles ser simples ou complexo. Caso contrário abrir-se-iam um ao outro, dispensando aquela hipótese. Sendo assim, a sua articulação apenas será necessária se cada termo se verificar ou puder ser tomado sempre mas tão-somente quando o outro o for – numa *coincidência* dos respetivos significados, que todavia respeita formalmente a autonomia de cada um dos termos (ainda que, como diremos adiante, distinguindo-os apenas analiticamente). O primeiro passo de uma intermediação indireta entre “ser” e “essência” terá que ser pois o de uma disposição destes termos que *faculte* a respetiva coincidência.

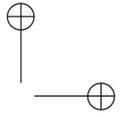
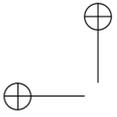
Dada a autonomia formal dessas noções, estas apenas coincidirão se assim forem consideradas – ou seja, não se implicam. Precisamente para as fazer coincidir será necessário um mediador que exerça esta operação, e em cujo âmbito elas se mantenham assim conjuntas. O significado que venha a ser atribuído a este mediador terá pois de satisfazer a forma composta de algum dinamismo e de algum horizonte ou âmbito de ação.

Regressando aos significados de “ser” e de “essência” na base desta hipótese de intermediação indireta, cada um deles deve agora ser estabelecido estritamente no âmbito da respetiva noção. A saber, o “ser” apenas na sua negação do nada, e a “essência” apenas na sua negação da indeterminação. Assim se distinguirão analiticamente no seio da respetiva coincidência.

Em conformidade ao que antecede, o ente como tal constitui-se nessa coincidência do ser com alguma essência. Ou seja, um ente é uma essência firmada, ou a condição de estar firmada de uma essência, na base de um dinamismo extrínseco que a firma e assim a mantém no horizonte deste dinamismo.

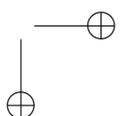
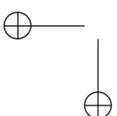
Por esta variante da segunda condição ou requisito para o estabelecimento de significados de “ser” e “essência” concebe-se assim um ente que se distingue pelo estaticismo e acabamento da respetiva delimitação essencial.

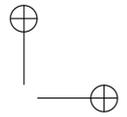




Enfim quanto à questão do que há enquanto tal, a resposta facultada por esta intermediação indireta acabará por ser mais austera do que a anterior. Adotando as mencionadas categorias essenciais aristotélicas, dir-se-á que os entes podem ser ou apenas formais – o que há são formas, cada uma das quais única na sua qualificação – ou formais e materiais – o que há são indivíduos qualificados – ou apenas materiais – o que há é uma pura extensão enquanto recortada ou discriminada individualmente. Mas esta disjunção será *exclusiva*, isto é, apenas se verificará um dos disjuntos. Pois cada um desses tipos de ente implica a derivabilidade, ou a secundaridade dos outros.

Com efeito, se assumimos algum “ser” apenas sob o indício da resistência, então só quando tivermos este último é que podemos concluir (por *modus ponens*) o anterior. Mas isto também determina que o “ser” corresponderá ao modo da resistência – ou nos termos antes empregues, com cada um destes eventuais modos poderá ser usada, coincidentemente, a noção “ser” (como mera negação do nada). Ora a resistência não é a mesma nos casos de formas puras, ou da matéria apenas enquanto discriminada, ou de indivíduos delimitados formal e materialmente: a resistência de uma forma verifica-se pela não verificação, ou pela não extensão de outra forma – e.g. a forma *bala liquidificável* não se verificou quando lhe era próprio (no embate com os corpos dos revoltosos), pelo que uma outra forma resistiu ali à assunção daquela. A resistência de um indivíduo puro verifica-se pela limitação de outro – e.g. a *posição* da primeira “bala” no carregador resiste à *posição* da segunda, de modo que esta não pode ser disparada *antes* da anterior. E a resistência de uma conjunção entre forma e matéria a outra tal conjunção constituirá a *interseção* dos casos anteriores (apenas o que é comum aos dois). Aquilo pois com que se deve fazer o “ser” coincidir não é o mesmo. Mas cada uma dessas coincidências é que constitui propriamente o “ente”, em cuja base, depois, se pode compor qualquer estado de coisas – e.g. se o que há são formas,



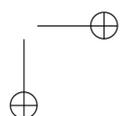
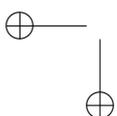


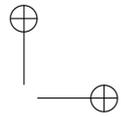
(saltando sobre o problema do critério de isolamento das formas elementares!) poderemos então dizer que a forma *espingarda* (ou estado de coisas?) é composta por uma certa articulação entre as formas *coronha*, *culatra*... pormenorizadas ao ponto de se isolar indivíduos. Mas se o que há são indivíduos puros, então quaisquer espingardas, culatras... são projeções contingentes na base de uma *extensão* assim delimitável. Ou seja, os disjuntos desta resposta à questão do que há enquanto tal partilham elementos semelhantes, mas divergem na hierarquia destes. Pelo que qualquer destas três respostas particulares será possível no seio da intermediação indireta entre “ser” e “essência”, mas cada uma delas implica a exclusão das outras duas. Ao contrário da resposta pela intermediação direta, as respostas particulares possíveis não são compatíveis.

Creio que esta forma de resposta à questão do que há é instanciada pelas teorias filiadas na *revolução copernicana* – ou seja, as que sustentam que o conhecimento é essencialmente condicionado pelo seu sujeito e não pelo seu objeto – o mesmo é dizer: pela maioria do pensamento moderno e contemporâneo (cf. nt. 4).

Esperando que os comentadores de Kant só me deem conselhos ao menos bons para a saúde como o do autor de *Alice*⁹, direi que o seu patrono facultou uma coincidência entre o ser e a essência quando, de um lado, logo no “Prefácio” da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, propôs que se estenda o uso de “ser” desde o âmbito das coisas em si para o estrito âmbito das coisas enquanto conhecidas (constituindo uma *realidade fenomenológica*). E do outro lado, na “Introdução IV”, propôs que as categorias segundo as quais se delimitam as coisas se constituam primeiramente como *ferramentas* para uma construção essencial de coisas cuja explicação, ou exame, se servirá depois das tradicionais categorias essenciais que enquadram a identidade do que há. Ou seja, Kant faz an-

⁹ Lewis Carroll (1895): que quem não consegue acompanhar demonstrações lógicas se dedique ao futebol – um conselho que me acompanha desde “Um primeiro reconhecimento do problema do que há”!

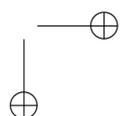
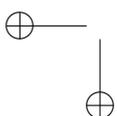


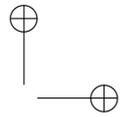


teceder à “lógica geral” uma “lógica transcendental” que estrutura o processo de construção daquilo que, depois, pode ser explicado segundo aquela outra (*CRP*, “Ideia de uma lógica transcendental”). Os resultados dessa construção constituir-se-ão assim literalmente como “ob-jectos” (lat. *ob-*, opor + lat. *jaceo*, *-jectum*, jazer, jaz) de um “su(b)-jeito” (lat. *sub-*, sob + *-jectum*), que faz as delimitações essenciais que ele constrói coincidirem com o ser no horizonte do alcance dessa ação subjetiva.

Esse sujeito é proposto no §16 da *CRP*, concretamente numa “apercepção pura” ou “originária”: a percepção de um sujeito por si próprio, não por se encontrar por entre os dados sensíveis, mas ao reconhecer que a ligação em que estes se encontram precisamente enquanto dados, bem como as ligações que depois são feitas entre alguns deles na composição de objetos, não lhes são intrínsecas, pelo que têm que lhes ser impostas de fora. A instância ligadora é o dito sujeito – não psicofisiológico (o *eu* concreto), que este é mais um dos objetos construídos, mas “transcendental”, sendo constituído apenas pelas regras gerais de ligação de dados sensíveis, e pelo dinamismo ou espontaneidade da respetiva aplicação.

A proposta de um tal sujeito implica assim que os dados sensíveis – o diverso da intuição empírica – se encontrem logo reunidos num horizonte, num meio que não decorra de qualquer propriedade intrínseca àqueles dados. De outro modo, a origem da construção dos objetos encontrar-se-ia nos elementos destes, e não num sujeito que os compusesse. Kant tinha tentado sustentar essa condição no §4, onde se reconhece que tanto os dados que compõem os objetos com os quais cada sujeito psicofisiológico lida, como também os dados que compõem estes últimos, se encontram dispostos na sucessão temporal. Uma sucessão indeterminada que depois, por ação do sujeito transcendental no início da sua construção dos respetivos objetos, é determinada em séries de sucessões e simultaneidades daqueles dados (ex. algumas sensações visuais e tácteis



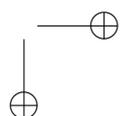
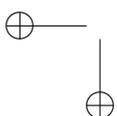


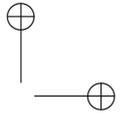
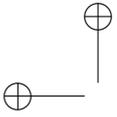
são reunidas como simultâneas, e como espacialmente contíguas, em ordem à construção do que chamarei “este monitor”).

A proposta de um sujeito transcendental espontâneo implica pois que os dados se encontrem *no* tempo – o qual constituirá uma forma extrínseca àqueles – e que não se *temporalizem* – o que constituiria o tempo como uma *expressão* daquilo que há. O primeiro argumento a favor dessa conclusão (§4.1) é negativo: recusa que a representação do tempo decorra de qualquer experiência paralela às de tudo aquilo que se tome como temporal – ou seja, aquela representação não é empírica. A premissa proposta como significativa para esta conclusão particular é a simples afirmação de que as percepções de simultaneidades e de sucessões implicam uma representação geral do tempo. Nas palavras de Norman Kemp Smith (1984: 101), “the argument (...) hinges upon the assumption which Kant has already embodied in his definition of the ‘form’ of sense, viz. that sensations are non-spatial, purely qualitative [sobre o tempo, cf. *op.cit.*: 123]. Though this is an assumption of which Kant nowhere attempts to give proof, it serves none the less as an unquestioned premiss from which he draws all-important conclusions. This first argument derives its force entirely from it.”

Essa premissa – na sua forma de condicional (v. nt. 2) – não é porém verdadeira: o seu antecedente *também* se mantém na base de um outro conseqüente, a saber, a afirmação de que os *entes* (antes de “objetos” de quaisquer sujeitos psicofisiológicos) se processarão de tal modo que originem e condicionem uma sua determinação, segundo os parâmetros da sucessão e da simultaneidade, por quaisquer entes que possam considerá-los segundo tais parâmetros – precisamente o que é sustentado pela atual epistemologia *externalista*, que constitui o que Kant chamou “fenómenos” como *efeitos* dos entes conhecidos nos entes que os conhecem. Logo, pode-se manter as percepções de simultaneidades e sucessões ainda que se não tenha qualquer representação geral do tempo.

Para que, com Kant, se sustente (*internalistamente*) que é na



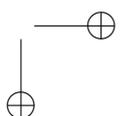
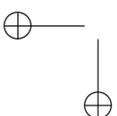


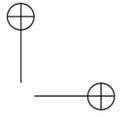
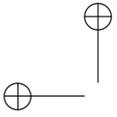
base de uma representação geral e indeterminada do tempo que se obtêm séries determinadas de sucessões e simultaneidades, é logicamente necessária uma segunda premissa que recuse quaisquer indícios nos ditos fenómenos de alguma eventual processualidade intrínseca aos entes. Ou, como o autor afirmou (sem argumentar) no §1 da *CRP*, que separe a *matéria* dos fenómenos (sensações) da *forma* destes (relações daqueles dados). Em suma, para que o argumento kantiano não padeça da falácia *de evidência suprimida*¹⁰ – o que o tornaria inválido – é pois necessário acrescentar uma definição de qualidade essencial que as constitua como autónomas, nomeadamente em relação a quaisquer entidades de que sejam próprias.

Convergentemente ao anterior argumento negativo, no nº2 do mesmo §4 encontra-se um argumento positivo a favor da exterioridade do tempo em relação àquilo que ele (tempo) enquadra. A sua conclusão exata é que o tempo está dado a priori, constituindo o fundamento de todas as intuições sensíveis. A premissa que a sustenta é a afirmação do “brute fact” (Smith, N.K., 1984: 103) de se poder abstrair os fenómenos do tempo, restando este, não sendo possível a supressão inversa.

Esta premissa, assim isolada, é no entanto insustentável. Pois não é legítimo deduzi-la de quaisquer condições gerais do processo conceptual, uma vez que são precisamente estas últimas que se estão a estabelecer nessa base das formas da sensibilidade – se o tivesse tentado, Kant teria caído numa *petição de princípio*. Por outro lado, e como aquele comentador sugere (*ibid.*), ela não resulta de uma *generalização universal* válida – ainda que o sujeito psicofisiológico Immanuel Kant porventura tenha julgado, numa introspeção que faltaria validar (!), que não conseguia abstrair o tempo dos fenómenos, mas sim o contrário, dada a pressuposição

¹⁰ Falácia de, na base de algumas premissas, se afirmar uma conclusão negada por outra premissa, tão relevante para o assunto quanto as anteriores, mas que se suprime no argumento.



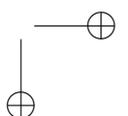
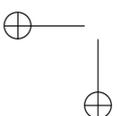


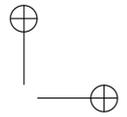
das faculdades mentais desse sujeito daí não decorre que *nenhum* sujeito psicofisiológico apenas consiga o mesmo, e menos ainda que, *logicamente*, os fenómenos impliquem a forma da sucessão indeterminada.

A afirmação que Kant avança como premissa, quando muito, será válida como sugestão *psicológica* para a tese antes afirmada. Já a sustentação lógica desta última, julgo eu, resta implícita: relativamente à origem das representações, não há terceira possibilidade além de serem ou a priori ou a posteriori (“Introdução I”); verifica-se uma representação do tempo; esta não é dada a posteriori (§4.1); logo, a representação do tempo é dada a priori. A conclusão obtém-se por exclusão de partes, todavia, não sendo eu tão decidido quanto Kemp Smith na recusa da terceira premissa, apenas aceitarei essa exclusão sob a sua implicação da separação absoluta entre o que se entenda por “entidade”, logo, por “ser”, e o que se entenda por “essência”.

Aquele idealista alemão (1985: 504) afirmou aliás esta separação numa célebre passagem sobre a prova ontológica da existência de Deus: “*ser* não é, evidentemente, um predicado real, (...) é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas”. *Posição* num horizonte em cujo seio cada coisa ou determinação se correlaciona com as demais que também aí se encontrem – literalmente, onde ela está firme (lat. *stare*) perante posições outras ou fora (lat. *ex*) da sua, numa palavra, onde todas elas “existem”. De um lado, pois, “ser” significará agora a mera negação da ausência de algo no horizonte da *existência*, ou a sua posição aí. Do outro lado, “essência” significará o mero conjunto dos predicados que identificam um qualquer sujeito, sem que a esse conjunto pertença alguma nota relativa à existência (posição) de tais sujeitos.

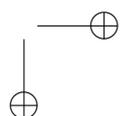
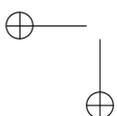
Como adiantámos no início da referência a este autor, o *ente* constituir-se-á assim como “objeto” de um “sujeito”: é o agregado de umas qualidades postas no horizonte da espontaneidade de um sujeito, o qual as liga naquele agregado, distinguindo-as das que

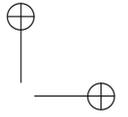
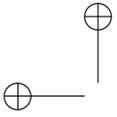




comporão outros agregados. Creio que este significado de “ente” será globalmente partilhado por duas variantes da proposta kantiana: uma, mais fraca por não chegar a afirmar um sujeito transcendental puro, será a das filosofias da linguagem que, em tudo o que for expresso, sobreponham as determinações que advêm do código linguístico e do respetivo uso ao que for exclusivamente próprio às referências das expressões linguísticas – sobre a filiação destas filosofias na revolução copernicana v. Simon (1990). Outra variante, esta mais forte do que a matriz kantiana, será a *lógica* metafísica de Hegel (*Ciência da Lógica*), que desenvolve o sujeito até o absolutizar, de modo que este, radicalmente, se constitui não apenas como a origem da determinação do que é posto no seu horizonte, mas ainda como a origem da própria negação do nada, ou seja, do ser dos entes em si mesmos e do respetivo devir. Enquanto, estritamente sobre os entes *materiais*, as ciências modernas desenvolveram o paradigma *reducionista* (cf. Laughlin, 2008) na base da *hipótese corpuscular da matéria* – a de pensar esta última *como* se se constituindo de corpúsculos, cuja associação comporá os objetos da experiência, cabendo à ciência reconhecer, ou criar (!) as regras de tais associações.

Mas sejam quais forem as pistas que se filiem na *revolução copernicana*, se esta depender da doutrina do tempo como forma a priori (seja de um sujeito linguístico, seja de um sujeito transcendental, seja de um sujeito absoluto), então julgo que essa pista teórica, para ser válida, se constitui como o desenvolvimento – que, nas palavras de Kant, tem restado *ingénuo* – de uma opção prévia na disjunção metafísica que aqui formulei na tradição aviceniana. Antes porém de desenvolvermos uns tais *prolegómenos a toda a epistemologia futura*, voltemos à questão que orientou estes dois últimos parágrafos: a da trivialidade da questão do que há como tal, e, em caso negativo, a da respetiva estrutura da questão que então teremos que considerar.



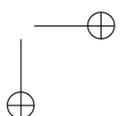
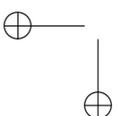


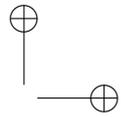
4. Conclusão – Uma pista para a resolução da questão do que há.

Aquela questão seria trivial se quaisquer significados de “ser” e “essência” implicassem uma mesma conceção de “ente”, pois assim esta última poderia simplesmente ser pressuposta em quaisquer respostas às questões do que há enquanto tal, e do que há-ali. Não foi isso porém que verificámos. Antes, pela estratégia de uma intermediação direta daquelas duas noções iniciais, chegámos a um ente processual, emergente, ao passo que, pela estratégia da intermediação indireta, obtivemos um ente objetivo, assim redutível a uns quantos elementos e regras subjetivas de associação. O nosso caso de estudo ilustra bem as consequências de duas instâncias (entre outras!) dessa divergência na conceção do que há como tal para o estabelecimento do que há num dado contexto. Por outro lado, a determinação da população de um mundo será condicionada ao menos pela alternativa entre a inclusividade, e a exclusividade, da disjunção entre eventuais entes enquanto tais – respetivamente segundo a primeira e a segunda intermediação.

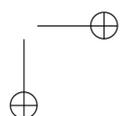
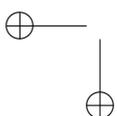
Qualquer resposta a essas duas questões derivadas sobre o que há implicará portanto alguma ultrapassagem da disjunção fundamental entre essas duas intermediações de “ser” e “essência”, e correspondentes significados destas noções.

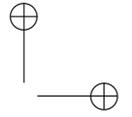
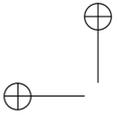
Chegado a esta forma das soluções desse problema geral, acrescentarei apenas uma nota prospetiva sobre a referida ultrapassagem, mais outra nota retrospectiva tanto sobre a anterior quanto já sobre a argumentação que aqui tentei desenvolver: *Primeira* – a assunção de que só se alcança uma fórmula do que há como tal mediante alguns significados de “ser” e “essência”, e que quaisquer significados se reportam a relações entre termos no âmbito de um mesmo mundo, circunscreve-nos a algum destes. Não temos portanto acesso a qualquer *centro universal* onde pudéssemos dirimir a disjunção fundamental entre mundos diversos. Felizmente





ainda aí a dedução natural nos sugere uma solução: a da *redução ao absurdo* de algum dos disjuntos (preferencialmente acompanhada pela verificação de que o outro não padeça da mesma inconsistência!), aplicando-se assim o *silogismo disjuntivo* apontado na nota 6. Lembrando-nos que a disjunção “ente”_i \vee “ente”_j não nega qualquer compatibilidade entre esses disjuntos, nomeadamente se hierarquizados. *Segunda* – ainda porém que quer já aqui, quer nesse outro passo consequente, as regras da dedução natural tenham sido e venham a ser corretamente aplicadas, que validade têm elas? Porque nos obrigaremos a aceitar as ilações assim derivadas? . . . A *Tartaruga* de Lewis Carrol (1895), todavia, mostrou ao pobre *Aquiles* (que o reconheceu com “a touch of sadness in his tone”) que se as quisermos garantir, em paralelo aos próprios passos em que as desenvolvemos, não devemos esperar consegui-lo antes do infinito. Por uma questão de prudência, pois, este parece ser um bom momento do artigo para lhe colocar o ponto final.



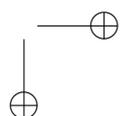
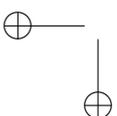


Agradecimentos

Esta reflexão decorre de um trabalho que me foi possível encetar graças aos apoios institucionais da Faculdade de Filosofia da UCP em Braga, e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e pessoais em especial do Prof. Doutor José Enes, mas também do Prof. Doutor Mário Santiago de Carvalho. Seja qual for o valor que esse trabalho possa ter, ficarei sempre particularmente grato a estas pessoas e instituições pela sua confiança e apoio.

Referências bibliográficas

- Albergaria, M.S. 2011. “Um primeiro reconhecimento do problema do que há”. *LusoSofia.Net*, 2010
- Carroll, L. 1895. “What the Tortoise said to Achilles”. *Mind*, IV (14): 278-280.
- Cronin, T.J. 1966. *Objective Being in Descartes and in Suarez*. Roma: Gregorian University Press.
- Furtado, J. 2007. *A Guerra*. Vol. III, “[Massacres contra Chacinas](#)”. Lisboa: RTP,
- Gilson, E. 1952. *Being and Some Philosophers*. 2nd ed. Toronto : Pontifical Institute of Mediaeval Studies.
- Goichon, A.-M. 1938. *Lexique de la Langue Philosophique d’Ibn Sina (Avicenne)*. Paris: Desclée de Brouwer.



- Kant, I. 1985. *Crítica da Razão Pura*. Trad. M. Pinto dos Santos, A. Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Knasas, J.F.X. 2003. *Being and Some Twentieth-Century Thomists*. New York: Fordham University Press.
- Laughlin, R.B. 2008. *Um Universo Diferente. Reinventar a Física na Era da Emergência*. Lisboa: Gradiva.
- Smith, N. Kemp, 1984. *A Commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'*. 2nd ed. New Jersey: Humanities Press.
- Soto, J.C. 1990. "El Triple Estado de la Esencia en Tomas de Aquino". *Studium*, 30 (2): 335-351.
- Wippel, J.F. 2000. *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas*. Washington, D.C.: The Catholic University of America.
- Van Inwagen, P. 2002. *Metaphysics*. 2nd ed. Boulder CO., Oxford: Westview Press.